

Ata da 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) de 2021

Ao oitavo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte um, por meio de videoconferência na plataforma Microsoft Teams, com início às nove horas e vinte minutos, realizou-se a retomada dos trabalhos inerentes à 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM do ano de 2021, que teve como pauta: 1) Apresentação e deliberação a respeito do Processo nº S2021019730 (Hospital Universitário Geral Doutor César Cals), o qual solicita autorização ambiental para supressão/transplante vegetal. Requerente: SUPERINTENDENCIA DE OBRAS PUBLICAS. Primeiramente, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra, cumprimenta a todos e solicita a verificação do quórum para o início da reunião. Em seguida, Marcelo Rebouças (SEUMA) assume a palavra, cumprimenta os presentes e realiza a chamada nominal das entidades e instituições que compõem o Conselho para averiguação do quórum. Posteriormente, uma vez constatado o quórum necessário para início da reunião, Luciana Lobo (SEUMA) realiza uma breve contextualização a respeito do último encontro e comunica a retomada dos trabalhos referentes à 3ª Reunião Extraordinária do Conselho. Na sequência, Luciana Lobo (SEUMA) faculta a palavra para que a equipe designada pela Superintendência de Obras Públicas – SOP realizasse a sua apresentação, dando início as tratativas inerentes a pauta da reunião. Posteriormente, André Medeiros (TRANSITAR CONSULTORIA) assume a palavra, cumprimenta os presentes e realiza uma breve apresentação da equipe técnica responsável pela elaboração dos estudos referentes ao Hospital Universitário do Ceará. Em seguida, Marcos Sasaki (TRANSITAR CONSULTORIA) assume a palavra e explana sobre os seguintes temas: localização, área do empreendimento, produtos apresentados, Plano de Manejo de Flora (objetivo, metodologia). Posteriormente, Diego Soares (TRANSITAR CONSULTORIA) assume a palavra e aborda os seguintes tópicos: relatório de levantamento e prognóstico de fauna (levantamento, afugentamento, resgate e salvamento, soltura), medidas mitigadoras e conclui sua fala informando que não foram registradas de forma direta ou indireta espécies ameaçadas de extinção. Em seguida, uma vez encerrado o momento para realização da apresentação, a palavra foi facultada para que os conselheiros realizassem suas considerações. Posteriormente, Ann Celly Sampaio (MPCE) assume a palavra, cumprimenta os presentes e inicialmente, comunica para ciência de todos à existência de um procedimento na promotoria a respeito do projeto de construção do Hospital Universitário, tratando-se de uma denúncia referente à realização de supressão e aplainamento do terreno sem a apresentação dos estudos e licenças pertinentes. Continuando sua explanação, Ann Celly Sampaio (MPCE) solicita esclarecimentos a respeito do riacho situado próximo à área prevista para intervenção, bem como informações referentes ao local para doação de mudas e questiona a razão do processo ser apreciado nesse momento pelo Conselho, se não deveria ter ocorrido anteriormente. Em seguida, Gabriela Meneses (TRANSITAR CONSULTORIA) assume a palavra e esclarece que as mudas serão doadas à Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA e que haverá o serviço de plantio e irrigação, sendo de competência do órgão a definição do local para realização do plantio. Posteriormente, Ann Celly Sampaio (MPCE) assume a palavra e questiona se não há um direcionamento para que o plantio das mudas ocorra na área em questão, considerando a realização da supressão de vegetação na localidade. Em seguida, Juliana Almeida (SOP) assume a palavra e informa que com relação à questão da data de entrada no processo de solicitação de autorização ambiental para supressão vegetal, o procedimento regular é que primeiramente ocorra o protocolo do processo para obtenção da licença de instalação junto ao órgão licenciador e uma vez que a licença é emitida, ocorre a solicitação das autorizações pertinentes, a depender das especificidades da área e do projeto. Continuando sua explanação, Juliana Almeida (SOP) menciona brevemente as etapas do trâmite, salientando que quando a licença de instalação foi expedida, foram requeridas as autorizações de manejo de fauna e flora. Com relação ao plantio das mudas, informa que a empresa responsável está finalizando o projeto de paisagismo, de modo que irá ser verificado o quantitativo de espécimes arbóreos que serão utilizados na área e os demais serão direcionados aos locais estabelecidos pela SEUMA. No que tange ao questionamento referente à proximidade do riacho, Juliana Almeida (SOP) menciona que o empreendimento não incide em zona de preservação ambiental. Posteriormente, Ann Celly Sampaio (MPCE) assume a palavra e questiona se as obras foram iniciadas antes da concessão das licenças, considerando que as informações obtidas até o momento fazem referência ao início

**Urbanismo e
Meio Ambiente**

49 das intervenções no mês de janeiro, enquanto que a licença de instalação fora expedida no mês de junho
50 conforme informado anteriormente. Em seguida, Juliana Almeida (SOP) assume a palavra e informa que no
51 mês de janeiro foi realizada a contratação da empresa, considerando o regime diferenciado de contratação.
52 Em seguida, Ann Celly Sampaio (MPCE) assume a palavra e informa que as informações citadas estão
53 disponíveis no sítio eletrônico da Superintendência de Obras Públicas – SOP. Posteriormente, Dóris Carvalho
54 (SOP) assume a palavra, cumprimenta os presentes e menciona que o assunto em questão não estaria no
55 escopo da reunião e que haveria um momento oportuno para manifestação por parte do órgão. Em seguida,
56 Andrea Crispim (AGB) assume a palavra, cumprimenta os presentes e informa que os questionamentos
57 elencados anteriormente pela representante do Ministério Público são pertinentes e de grande importância,
58 finalizando sua fala solicitando o esclarecimento se a área sofreu algum tipo de intervenção antes da
59 concessão da licença prévia. Posteriormente, Geovana Patrício (OAB/CE) assume a palavra e manifesta sua
60 concordância com o exposto anteriormente, ressaltando que isso influencia a pauta a ser votada e reitera a
61 solicitação de informações a respeito do início das intervenções. Em seguida, Ney Filho (CAU/CE) assume a
62 palavra e corrobora com as exposições realizadas anteriormente pelas demais representações.
63 Posteriormente, Juliana Almeida (SOP) assume a palavra e informa que houve o processo administrativo para
64 obtenção da licença prévia, no que se refere ao questionamento de que o cronograma da obra teria sido
65 iniciado antes da licença de instalação, Juliana Almeida (SOP) informa que a gerência de impactos ambientais,
66 a qual está vinculada, não possui essa informação. Em seguida, Dóris Carvalho (SOP) assume a palavra e
67 salienta que o regime de contratação é diferenciado, mencionando que com a ordem de serviço a empresa
68 poderia elaborar os projetos, ressaltando que não houve intervenção na área antes da expedição das licenças,
69 mas tão somente a possível instalação de canteiros. Posteriormente, José Maria (IBAMA) assume a palavra e
70 reitera a importância dos posicionamentos anteriores realizados pelos demais conselheiros, ressaltando que
71 no seu entendimento somente após a expedição da licença de instalação seria possível à realização de
72 intervenções na área e, em seguida, solicita informações se há previsão de realização de transplantes e em
73 caso positivo, para onde os espécimes arbóreos seriam direcionados. Em seguida, Lamarka Lopes (UNIFOR)
74 assume a palavra, cumprimenta os presentes e inicia sua explanação mencionando que compreende a
75 amplitude e a necessidade da obra, na sequência esclarece que o papel que os conselheiros desempenham e os
76 questionamentos realizados não têm por objetivo impedir a construção de nenhum tipo de empreendimento,
77 mas que isso ocorra da melhor forma. Continuando sua explanação, Lamarka Lopes (UNIFOR) informa que
78 notou a ausência de informações importantes nos planos de manejo de fauna e flora que foram apresentados,
79 nesse sentido solicita esclarecimentos a respeito. Posteriormente, André Medeiros (TRANSITAR
80 CONSULTORIA) assume a palavra e ressalta que os planos de manejo de fauna e flora foram elaborados de
81 acordo com a legislação pertinente, bem como tiveram por base os termos de referência, respectivas
82 instruções normativas e que foram aprovados pelo órgão ambiental. Em seguida, Gabriela Meneses
83 (TRANSITAR CONSULTORIA) assume a palavra e esclarece que está previsto o transplante de sete carnaúbas
84 e que as mesmas seriam possivelmente incorporadas ao projeto paisagístico que está em fase de elaboração.
85 Com relação ao Plano de Manejo de Flora, Gabriela Meneses (TRANSITAR CONSULTORIA) informa que foram
86 catalogadas todas as espécies existentes na área e os seus respectivos quantitativos, salientando que o total
87 corresponde a cento e dezesseis indivíduos, dos quais cento e nove serão suprimidos e sete transplantados.
88 Posteriormente, Diego Soares (TRANSITAR CONSULTORIA) assume a palavra e informa que no plano de
89 manejo de fauna está descrita qual a clínica veterinária que irá receber os animais que porventura estejam
90 machucados, bem como salienta a parceria firmada com o Laboratório de Ornitologia e Sistemática Animal –
91 LORNISA da Universidade Estadual do Ceará. Continuando sua explanação, Diego Soares (TRANSITAR
92 CONSULTORIA) descreve brevemente as metodologias referentes às etapas de resgate, salvamento e soltura
93 na área próxima a mata ciliar do riacho. Em seguida, Nélio Morais (SMS) assume a palavra, cumprimenta os
94 presentes e inicialmente menciona que tem bastante familiaridade com a área em questão em virtude da
95 proximidade com o Centro de Controle de Zoonoses, reforçando a disponibilidade para realização de
96 parcerias. Na sequência, Nélio Morais (SMS) menciona a importância da realização de estudos com relação à

**Urbanismo e
Meio Ambiente**

97 fauna no que também se refere à questão da saúde pública e finaliza sua explanação solicitando mais
98 informações acerca das espécies verificadas. Posteriormente, Ann Celly Sampaio (MPCE) assume a palavra e
99 menciona que os pronunciamentos anteriores objetivaram a obtenção de esclarecimentos em virtude também
100 da existência de um procedimento administrativo na promotoria, contudo compreende caso isso esteja fora da
101 seara do Conselho nesse momento. Continuando sua explanação, Ann Celly Sampaio (MPCE) menciona a
102 importância de que as áreas onde irão ocorrer os plantios e transplantes das mudas já estejam definidas
103 previamente. Em seguida, André Medeiros (TRANSITAR CONSULTORIA) assume a palavra e reitera que os
104 locais para realização do plantio serão indicados por técnicos da SEUMA. Posteriormente, Luciana Lobo
105 (SEUMA) assume a palavra e esclarece que geralmente os locais para plantio são definidos após a aprovação
106 da solicitação de autorização, porém para projetos futuros poderiam ser averiguados previamente as
107 possibilidades de locais para ciência por parte do Conselho. Em seguida, Juliana Almeida (SOP) assume a
108 palavra e ressalta que com relação aos planos de manejo de fauna e flora foram observadas todas as diretrizes
109 previstas nos termos de referência da SEUMA. Dando continuidade a sua explanação, Juliana Almeida (SOP)
110 menciona que caso o Conselho queira sugerir o local para realização dos plantios, a SEUMA poderia proceder
111 com a análise em torno da viabilidade e posteriormente comunicar a definição a Superintendência.
112 Posteriormente, Vânia Sindeaux (IPC) assume a palavra e questiona se os conselheiros já sabem qual seria a
113 área selecionada para realização dos plantios. Em seguida, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra e
114 esclarece que os locais para realização do plantio ainda não estão definidos. Posteriormente, José Maria
115 (IBAMA) assume a palavra e informa que a devolutiva da Superintendência de Obras Públicas com relação ao
116 transplante das carnaúbas é que seriam direcionadas ao paisagismo da área. Em seguida, Geovana Patrício
117 (OAB/CE) assume a palavra e considerando as questões que foram elencadas ao longo da reunião, bem como
118 objetivando a concessão de um prazo maior de modo a possibilitar uma análise mais minuciosa em torno do
119 tema, solicita averiguação em torno da possibilidade de concessão de um período de vistas ao processo e
120 questiona se algum outro conselheiro também teria interesse em se manifestar nesse sentido. Posteriormente,
121 Dóris Carvalho (SOP) assume a palavra e menciona que no parecer técnico emitido pela SEUMA constam as
122 compensatórias previstas para a supressão de vegetação e ressalta que serão atendidas integralmente pela
123 Superintendência de Obras Públicas. Em seguida, Ann Celly Sampaio (MPCE) assume a palavra e pergunta
124 onde se encontra disponível o regulamento do COMAM. Posteriormente, Marcelo Rebouças (SEUMA) assume a
125 palavra e informa que o regimento interno do Conselho encontra-se disponível para acesso público no Canal
126 Urbanismo e Meio Ambiente, bem como demais informações pertinentes e menciona que poderia encaminhar
127 o link por precaução. Em seguida, Juliana Almeida (SOP) assume a palavra e ressalta o compromisso da
128 Superintendência de Obras Públicas em acatar todas as determinações da SEUMA e na sequência menciona a
129 importância do prosseguimento do processo, considerando a relevância do empreendimento, uma vez tratar-
130 se de um hospital público. Posteriormente, Ann Celly Sampaio (MPCE) assume a palavra e menciona que
131 considera que todos têm ciência da relevância do hospital e que ninguém é contrário a construção do mesmo,
132 contudo reforça a importância dos questionamentos elencados anteriormente e do cumprimento da
133 legislação, bem como as determinações da SEUMA e as deliberações do COMAM. Em seguida, José Maria
134 (IBAMA) assume a palavra e ressalta que considerando a manifestação realizada anteriormente pela Dra.
135 Geovana Patrício, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/CE, caso haja prosseguimento e
136 atendimento em torno da solicitação de vistas ao processo, a votação do projeto teria que ser realizada em
137 uma nova reunião, após a realização e apresentação das devidas considerações. Posteriormente, Luciana Lobo
138 (SEUMA) assume a palavra e solicita que a Secretaria Executiva do Conselho forneça informações acerca da
139 previsão regimental no que tange a solicitação de vistas ao processo. Em seguida, Marcelo Rebouças (SEUMA)
140 assume a palavra e informa que conforme o regimento, a solicitação de vistas de processos se caracteriza
141 como uma das atribuições dos conselheiros e, no caso de solicitação, é necessária justificativa e aprovação do
142 pedido por dois terços do Colegiado. Posteriormente, Geovana Patrício (OAB/CE) assume a palavra e
143 comunica a solicitação de vistas ao processo e que aguarda a manifestação dos demais conselheiros em torno
144 do pedido. Continuando sua explanação, Geovana Patrício (OAB/CE) ressalta que entende a importância da

**Urbanismo e
Meio Ambiente**

145 construção do hospital e que a solicitação de vistas tem por intuito propiciar um prazo maior para uma
146 avaliação mais pormenorizada do processo, dada a complexidade do projeto e as informações elencadas ao
147 longo da reunião. Em seguida, Luana Marques (SINDUSCON/CE) assume a palavra e solicita esclarecimentos a
148 respeito do pedido de vistas, questiona se com a aprovação da solicitação, o voto do conselheiro que realizou o
149 pedido ficaria condicionado e haveria o prosseguimento para manifestação dos votos dos demais conselheiros
150 ou se com a aprovação da solicitação a votação seria suspensa e ocorreria em outro momento. Posteriormente,
151 Marcelo Rebouças (SEUMA) assume a palavra e informa que o entendimento é que com a aprovação do pedido
152 de vistas a etapa de votação é suspensa e a deliberação retomada posteriormente em outra reunião, depois de
153 transcorrido o prazo estabelecido. Em seguida, Fernando Bezerra (SEMA) assume a palavra e ressalta que
154 sendo aprovado o pedido de vistas é importante a definição quanto ao prazo. Posteriormente, Luciana Lobo
155 (SEUMA) assume a palavra e esclarece que o prazo é definido em conformidade com o regimento. Em seguida,
156 Juliana Almeida (SOP) assume a palavra e reitera a disponibilidade da equipe técnica da Superintendência em
157 dirimir as eventuais dúvidas dos conselheiros e prestar os devidos esclarecimentos acerca do processo, de
158 modo que não seja necessário o adiamento da votação. Posteriormente, Luana Marques (SINDUSCON/CE)
159 assume a palavra e questiona se já há algum avanço com relação ao projeto paisagístico ou se ele será
160 desenvolvido em uma fase posterior. Em seguida, Juliana Almeida (SOP) assume a palavra e informa que o
161 projeto paisagístico está em fase de elaboração e seguirá todas as diretrizes estabelecidas. Em seguida, Nélio
162 Moraes (SMS) assume a palavra e realiza uma breve contextualização para conhecimento dos demais
163 conselheiros a respeito da estrutura e equipamentos já existentes localizados no entorno da área prevista para
164 o hospital universitário (ex: Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, Unidade de Pronto Atendimento - UPA,
165 Unidade de atenção primária à saúde, Centro de Controle de Zoonoses), reforçando que o mesmo irá
166 proporcionar uma maior integração entre a pesquisa e os serviços oferecidos. Posteriormente, Luciana Lobo
167 (SEUMA) assume a palavra e solicita que seja realizada a votação referente à aprovação do pedido de vistas
168 requerido pela representação da OAB/CE. Diante da solicitação, Marcelo Rebouças (SEUMA) assume a palavra
169 e procede com a chamada nominal para que as entidades e órgãos representados expressassem os seus
170 respectivos votos. Após apuração da votação, foi comunicado que o pedido de vistas não foi acatado, o qual
171 contou com 06 (seis) votos favoráveis a solicitação, a saber: Secretaria Municipal da Educação - SME, Instituto
172 Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Associação dos Geógrafos do
173 Brasil - AGB; Ministério Público do Estado do Ceará - MPCE, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/CE,
174 Universidade de Fortaleza - UNIFOR; houve 18 (dezoito) votos contrários ao pedido, sendo: Secretaria
175 Municipal da Infraestrutura - SEINF, Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG,
176 Procuradoria Geral do Município - PGM, Secretaria Municipal da Cultura - SECULTFOR, Secretaria Municipal
177 da Saúde - SMS, Secretaria Municipal da Gestão Regional - SEGER, Secretaria Municipal da Conservação e
178 Serviços Públicos - SCSP, Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, Coordenadoria de Políticas Ambientais - CPA,
179 Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR, Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional -
180 HABITAFOR, Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental
181 - ACFOR, Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e
182 Ambiental - ABES/CE, Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Ceará - SINDUSCON/CE, Universidade
183 Federal do Ceará - UFC, Companhia Energética do Ceará - ENEL/CE, Conselho Regional de Arquitetura e
184 Urbanismo - CAU/CE e 02 (duas) abstenções: Câmara dos Dirigentes Lojistas de Fortaleza - CDL e Secretaria
185 Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA. Posteriormente, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra
186 e considerando que o pedido de vistas do processo não foi aprovado pelo colegiado, solicita que seja dado
187 prosseguimento a etapa de votação com relação ao processo. Em seguida, Marcelo Rebouças (SEUMA) assume
188 a palavra e procede com a chamada nominal para que as entidades e órgãos representados expressassem os
189 seus respectivos votos a respeito da pauta: "Apresentação e deliberação a respeito do Processo nº
190 S2021019730 (Hospital Universitário Geral Doutor César Cals), o qual solicita autorização ambiental para
191 supressão/transplante vegetal. Requerente: SUPERINTENDENCIA DE OBRAS PUBLICAS". Após apuração da
192 votação, Marcelo Rebouças (SEUMA) comunica que o processo nº S2021019730 foi aprovado, contando com

**Urbanismo e
Meio Ambiente**

193 21 (vinte e um) votos favoráveis, a saber: Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA,
 194 Secretaria Municipal da Infraestrutura - SEINF, Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão –
 195 SEPOG, Secretaria Municipal da Educação – SME, Procuradoria Geral do Município – PGM, Secretaria Municipal
 196 da Cultura – SECULTFOR, Secretaria Municipal da Saúde – SMS, Secretaria Municipal da Gestão Regional –
 197 SEGER, Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos – SCSP, Secretaria do Meio Ambiente – SEMA,
 198 Coordenadoria de Políticas Ambientais – CPA, Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional –
 199 HABITAFOR, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Autarquia
 200 de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental – ACFOR, Companhia de
 201 Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/CE,
 202 Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza – FBFF, Sindicato das Indústrias da Construção Civil
 203 do Ceará – SINDUSCON/CE, Universidade Federal do Ceará – UFC, Instituto de Permacultura e Ecovilas do
 204 Ceará – IPC e Companhia Energética do Ceará – ENEL/CE; houve 03 (três) votos contrários: Instituto de
 205 Planejamento de Fortaleza – IPLANFOR, Associação dos Geógrafos do Brasil – AGB e Universidade de
 206 Fortaleza - UNIFOR e 02 (duas) abstenções: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/CE e Câmara dos
 207 Dirigentes Lojistas de Fortaleza - CDL. Cabe salientar que ao proferir o voto, Andrea Crispim (AGB) ressalta
 208 que a Associação dos Geógrafos não é contrária a construção do hospital, porém justifica o posicionamento
 209 considerando a não aprovação do pedido de vistas, o qual teve como intuito proporcionar um maior período
 210 para análise e releitura. Também cabe ressaltar que ao pronunciar o voto, Lamarka Lopes (UNIFOR) justifica o
 211 seu posicionamento tendo em conta a ausência de esclarecimentos com relação há alguns pontos do Plano de
 212 Manejo de Fauna. Por fim, uma vez finalizadas as tratativas inerentes à pauta e não havendo mais
 213 manifestações pelos presentes, Luciana Lobo (SEUMA) agradece a participação de todos e comunica o
 214 encerramento da reunião. Sem mais, eu, Marcelo Rebouças da Silva, Secretário Executivo do COMAM, finalizo a
 215 presente ATA.

217 Estiveram presentes representantes de 28 instituições, totalizando 33 conselheiros:

	Instituição	Representante
1	SEUMA	Luciana Mendes Lobo (Titular)
2	CPA	Viviane Leite Damasceno (Titular)
3	PGM	Denise Barbosa Sobreira (Titular)
4	ABES/CE	Marconi José Barbosa da Silva (Titular)
5	SEINF	José Roberto de Resende (Suplente)
6	SME	José Eduardo Azevedo da Silva (Titular)
7	SME	Alessandra Mendes Gaspar (Suplente)
8	SECULTFOR	Marina Queiroz Fontenele (Titular)
9	SEGER	Ítalo Alves de Andrade (Suplente)
10	SCSP	Francisco Aristeu Henrique Filho (Titular)
11	SEPOG	Mário Fracalossi Júnior (Titular)
12	SEPOG	Rosângela de Albuquerque e Silva (Suplente)
13	IPC	Vânia de Oliveira Sindeaux (Titular)
14	IPLANFOR	Francisca Dalila Menezes Vasconcelos (Titular)
15	IPLANFOR	Iara Silvia Rodrigues de Oliveira (Suplente)
16	HABITAFOR	Cristiane Vieira dos Santos (Titular)
17	IBAMA	José Maria Barbosa da Silva (Suplente)

**Urbanismo e
Meio Ambiente**

18	CAGECE	Maira Gadelha Alves Brandão (Suplente)
19	CAU/CE	Ney Fonseca Barroso Filho (Suplente)
20	FBFF	Jerônimo Paulo da Silva (Titular)
21	FBFF	Luis Leão da Silva (Suplente)
22	ACFOR	Leandro Joías Chaves (Titular)
23	SINDUSCON/CE	Luana Silva Marques Quinderé (Titular)
24	SEMA	Fernando Faria Bezerra (Titular)
25	SEMA	Maria Dias Cavalcante (Suplente)
26	UFC	Mirian Cristina Gomes Costa (Titular)
27	UNIFOR	Lamarka Lopes Pereira (Titular)
28	MPCE	Ann Celly Sampaio Cavalcante (Titular)
29	OAB/CE	Geovana de Oliveira Patrício Marques (Titular)
30	AGB	Andrea Bezerra Crispim (Suplente)
31	ENEL/CE	Cibele Moreira Pinheiro Franck (Suplente)
32	CDL	Felycianno Rodrigues da Costa (Titular)
33	SMS	Nélio Batista de Moraes (Titular)

218

219

A reunião contou ainda com demais participantes:

Órgão/Instituição/Entidade		Representante
1	SEUMA	Bruna Diógenes
2	SEUMA	Marcelo Rebouças
3	SEUMA	Ivan Dias
4	SEUMA	Adriane Melo
5	SEUMA	Rafael Tomaz
6	SEUMA	Nathália Bugni
7	TRANSITAR CONSULTORIA	Diego de Oliveira Soares
8	TRANSITAR CONSULTORIA	Gabriela Meneses
9	TRANSITAR CONSULTORIA	André Medeiros
10	TRANSITAR CONSULTORIA	Marcos Sasaki
11	MRV ENGENHARIA	Tiago Almeida Moreira
12	PGMAK	Fabio Fuentes
13	ENGEFORM	Marcio Roberto P. Nascimento
14	SOP	Juliana Almeida
15	SOP	Rafael Fialho
16	SOP	Dóris Carvalho

220

221

222

223

224

225

226

227

Das instituições ausentes, foi apresentada prévia justificativa por parte do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/CE, representantes: Christina Bianchi (Titular) e Mailde Carlos do Rêgo (Suplente) e do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB/CE, representante: Emiliano Luiz de Oliveira Neto (Titular).

Relação dos representantes ausentes na reunião que não apresentaram prévia justificativa: Câmara Municipal de Fortaleza – CMFor: Vereador Leo Couto (Titular) e Vereador José Freire (Suplente); Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC: Antônio Renato Lima Aragão (Titular) e Elaine Cristina de Moraes

**Urbanismo e
Meio Ambiente**

228 Pereira (Suplente); Associação Comercial do Ceará – ACC: Antônio José Gomes Costa (Titular) e Antônio
229 Gomes Guimarães Neto (Suplente); Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE: Wasley Maciel
230 Pinheiro (Titular) e Adilson do Nascimento Adriano Júnior (Suplente); Ecofor Ambiental: João Julio de
231 Holanda Sombra (Titular) e Atila da Silva Gomes (Suplente); Conselho Regional de Biologia – CRBio: Danilo
232 Saraiva Araújo (Titular) e David Landim Soares (Suplente).

233

234

Fortaleza, 04 de novembro de 2021.

235

236

Marcelo Rebouças da Silva
Secretário Executivo do COMAM

237

238 Ata aprovada em reunião realizada no dia 25/11/2021.